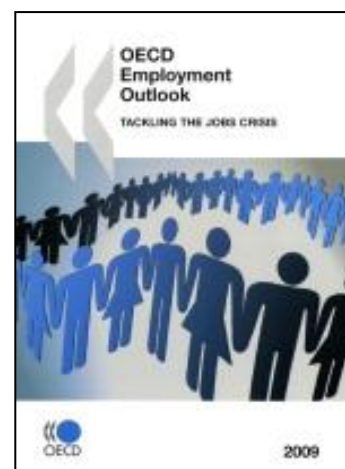


## OECD Employment Outlook 2009: Tackling the Jobs Crisis

*Summary in Portuguese*



## Perspectivas sobre o Emprego da OCDE – Edição 2009 Respostas à crise do emprego

*Sumário em Português*

- Perspectivas sobre o Emprego, da OCDE, é um relatório anual sobre os mercados de trabalho e o emprego na zona OCDE.
- A edição de 2009 é dedicada, em grande parte, aos efeitos da crise financeira e económica sobre o mercado de trabalho.
- Revela que o desemprego cresceu na maioria dos países da OCDE, geralmente a uma velocidade sem precedentes, e que deverá aumentar ainda mais em 2010.
- Analisa de que maneira o mercado de trabalho e as políticas sociais podem ajudar da melhor maneira possível os trabalhadores e as famílias de baixos rendimentos a enfrentarem a tempestade da crise, e como podem ajudar os trabalhadores mais pobres e as pessoas com problemas de saúde a manterem-se no mercado de trabalho.

## Evitar que a crise do emprego adquira proporções nefastas

---

*A crise financeira e económica tornou-se rapidamente numa crise de empregos...*

---

A economia mundial está a atravessar a pior crise económica e financeira dos últimos 50 anos, com consequências graves para os trabalhadores e as suas famílias. Desde o segundo semestre de 2008, tem-se observado uma queda significativa da produção em muitos países, quer façam parte ou não da OCDE, provocando uma diminuição brutal dos níveis de emprego e um aumento considerável do desemprego. Como evidenciado em graves recessões passadas, os grupos que já se encontram em situação de desvantagem no mercado de trabalho (jovens, trabalhadores com baixa qualificação, imigrantes, minorias étnicas e, entre eles, os que têm empregos temporários ou não convencionais) são as principais vítimas da supressão de empregos.

---

*... e as perspectivas de empregos a curto prazo são más*

---

Muitas incertezas marcam as perspectivas a curto prazo para o cenário económico e o mercado de trabalho. Na época em que o relatório da OCDE estava a ser redigido, havia indícios crescentes de que o pior já teria ficado para trás e de que era possível vislumbrar uma melhora. No entanto, as perspectivas a curto prazo para o emprego são más. As mais recentes projecções da OCDE sugerem que o crescimento da produção só voltará a superar os níveis anteriores no primeiro semestre de 2010 e que este crescimento será modesto praticamente até ao final do ano. Seja como for, a criação de empregos sempre registará um atraso significativo em relação a qualquer nível de aumento da produção. Consequentemente, a taxa de desemprego na zona OCDE deverá continuar a crescer durante 2010, alcançando, no segundo semestre, um novo recorde considerando o período pós-guerra: 10%, ou seja, 57 milhões de desempregados.

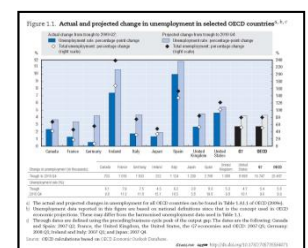
---

*O aumento cíclico do desemprego pode tornar-se crónico, com repercussões negativas sobre o mercado de trabalho e a produção potencial.*

---

Um dos principais riscos é que boa parte desse forte aumento do

**Figura 1.1** Mudanças reais e previsionais na situação do desemprego em alguns países da OCDE



desemprego venha a tornar-se estrutural, à medida que muitos desempregados forem atingidos pelo desemprego a longo prazo ou deixarem de fazer parte da população activa. Este indesejável fenómeno foi observado em vários países da OCDE em recessões passadas, quando o desemprego permaneceu num nível mais elevado que o do período anterior à crise, mesmo depois de a produção ter retomado o seu nível potencial. Nesses casos, foram necessários muitos anos para que o desemprego diminuísse até ao nível anterior à crise, sendo que, em alguns países, estabilizou-se num nível mais elevado de maneira permanente. Esta persistência deve-se ao facto de as pessoas desempregadas por um longo período tornarem-se em candidatos menos atraentes para os empregadores, em virtude do declínio em matéria de capital humano que têm a oferecer e da redução no ritmo de busca de um emprego.

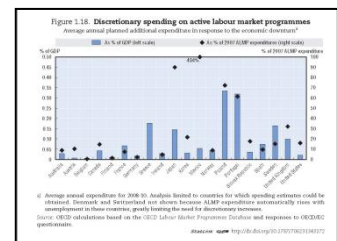
*Os governos recentemente adoptaram medidas para minimizar os riscos de desemprego elevado e crónico*

O mercado de trabalho e as políticas sociais têm um papel crucial a desempenhar para impedir que um aumento significativo do desemprego se torne num fenómeno crónico, uma vez que podem promover a rápida reinserção no mercado de pessoas em busca de um emprego e melhorar a sua capacitação, ajudando-as a obter empregos mais produtivos quando a economia começar a recuperar-se. A maioria dos programas de incentivo fiscal recentemente adoptados por países membros da OCDE com o objectivo de estimular a procura global incluem medidas *adicionais* em matéria de mercado de trabalho e política social, visando a atenuar o impacto negativo da crise sobre os trabalhadores e as famílias com baixos rendimentos.

*Os dispositivos de segurança estão a ser reforçados...*

A primeira linha de defesa são os dispositivos de segurança em matéria de protecção social (subsídios de desemprego e assistência social), que fornecem um auxílio monetário essencial a pessoas que perderam o emprego durante a recessão económica. Embora os sistemas de subsídio de desemprego tenham sido automaticamente accionados para prestar auxílio financeiro a muitas pessoas que perderam o emprego, a cobertura de tais subsídios é insuficiente em alguns países da OCDE, nomeadamente naqueles em que uma parte significativa da população activa trabalha em regime de tempo parcial, com contratos temporários ou em outros tipos de emprego menos “convencionais”. Esses trabalhadores, em geral, são os primeiros a ser demitidos e costumam receber subsídios menores. Em vários países, estão a ser implementadas medidas no sentido de alargar a cobertura e, em alguns casos, o prazo máximo de recebimento do auxílio, a fim de consolidar o dispositivo de segurança. Todavia, essas medidas devem

**Figura 1.18 Despesas discricionárias com programas activos de mercado de trabalho**



**Quadro 1.6 Prodigalidade de subsídios de desemprego**

	Year 1	Year 2	Year 3	Year 4	Year 5	Year 6 or more
Austria	100	100	100	100	100	100
Belgium	100	100	100	100	100	100
Canada	100	100	100	100	100	100
Denmark	100	100	100	100	100	100
France	100	100	100	100	100	100
Germany	100	100	100	100	100	100
Greece	100	100	100	100	100	100
Italy	100	100	100	100	100	100
Japan	100	100	100	100	100	100
Spain	100	100	100	100	100	100
Sweden	100	100	100	100	100	100
Switzerland	100	100	100	100	100	100
United Kingdom	100	100	100	100	100	100
United States	100	100	100	100	100	100
Average	100	100	100	100	100	100

ser cuidadosamente elaboradas, de maneira que possam minimizar os efeitos negativos sobre os incentivos ao trabalho, evitando, assim, prolongar o período de desemprego.

---

*... bem como os investimentos em políticas activas de mercado de trabalho. Mas muito resta a fazer...*

---

Ao mesmo tempo, os governos procuraram também aumentar os recursos destinados a políticas activas de mercado de trabalho, implementadas com o objectivo de ajudar os desempregados a encontrarem um trabalho. Contudo, quando comparados aos recursos totais disponíveis para os programas de incentivos fiscais, e considerando a magnitude e o ritmo das demissões na actual crise, o aumento dos investimentos nessas políticas é relativamente modesto em muitos países. Assemelha-se a uma oportunidade perdida. Embora as solicitações de maiores investimentos públicos em políticas de mercado de trabalho devam levar em conta o facto de que as finanças públicas estão a atravessar dificuldades crescentes em muitos países em razão do aumento real e previsional da dívida pública, justificam-se pelo seu custo-benefício. Actualmente, dispomos de um vasto conhecimento sobre o que é eficaz ou não nesta área. Além disso, esta edição de Outlook coloca em destaque novas investigações realizadas pela OCDE, que mostram como a composição dos investimentos em políticas activas de mercado de trabalho devem variar consoante o ciclo, a fim de maximizar a sua eficiência.

---

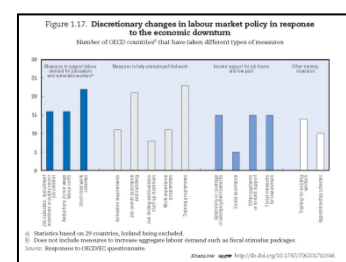
*Um serviço eficaz de reemprego pode realmente fazer diferença na luta contra o desemprego elevado e crónico...*

---

Uma das principais prioridades é a criação de serviços de emprego eficientes e voltados para uma população cada vez maior de pessoas em busca de trabalho. Esses serviços devem empenhar-se para que as pessoas mais vulneráveis dessa população não sejam tragadas pela inactividade, perdendo o contacto com o mercado de trabalho. Muitos países, graças aos bons resultados obtidos nos últimos dez anos, podem implementar estratégias bem-sucedidas de activação/obrigações mútuas, segundo as quais, em contrapartida pelo auxílio financeiro recebido e a prestação de serviços de reemprego, os beneficiários devem participar em programas de busca de trabalho, formação ou emprego. Se não cumprirem estas obrigações, correm o risco de perder o direito aos auxílios.

É importante apoiar-se nos sucessos anteriores e não rejeitar a abordagem da activação apenas porque existe um número menor de empregos disponíveis para as pessoas em busca de trabalho. Ao contrário, a abordagem da activação deve ser modificada e adaptar-se às circunstâncias de uma profunda recessão. É fundamental assegurar

**Figura 1.17** Mudanças discricionárias em políticas de mercado de trabalho, em resposta à recessão



um serviço básico de assistência à busca de emprego durante a crise económica. Mesmo perante uma profunda recessão, muitos empregos são criados por empresas capazes de explorar novas oportunidades de mercado. Os serviços de emprego podem desempenhar um papel decisivo para suprir rapidamente a esta procura por trabalhadores.

---

*... mas o foco da abordagem deve mudar ligeiramente, dando maior ênfase à formação*

---

Ao mesmo tempo, as investigações da OCDE sugerem que seria preferível mudar ligeiramente o foco e os recursos destinados à abordagem activa, transferindo-os da abordagem “primeiro, um emprego”, que costumava predominar antes da crise, para uma abordagem “primeiro, uma formação”, destinada às pessoas mais susceptíveis de permanecerem desempregadas por um longo período. Esta questão parece revestir actualmente uma importância particular, visto que a crise da economia mundial está a acelerar ajustes estruturais nos países da OCDE e tendo em vista que a adopção de medidas que promovam a formação e a qualificação podem contribuir de maneira decisiva para que os trabalhadores disponham das competências adequadas para ocuparem os empregos que surgirem.

---

*As medidas de apoio à oferta de empregos também podem ajudar, se forem bem direccionadas e temporárias*

---

Durante a recessão, as empresas foram fortemente prejudicadas pelo colapso da demanda e por uma significativa deterioração do crédito, provocando demissões em massa. Muitos países membros da OCDE adoptaram ou aumentaram os subsídios concedidos às empresas que mantêm ou contratam trabalhadores (por exemplo: programas de trabalho de curto prazo, subsídios para a contratação de empregados, descontos no pagamento das contribuições sociais, etc.). A curto prazo, esses subsídios estão a desempenhar um papel positivo na promoção da oferta de empregos. Todavia, no passado, esse tipo de medida foi com frequência prejudicado por custos parasitas. Para diminuir esses custos, é fundamental que esses programas sejam *temporários e direccionados* às empresas cuja demanda estiver provisoriamente a atravessar dificuldades, e a pessoas susceptíveis de permanecerem desempregadas durante um longo período. Sem esses requisitos importantes, há um risco significativo de que esses programas sejam não apenas menos eficazes na preservação dos empregos, mas que também constituam um obstáculo à recuperação económica, na medida em que travam a necessária reafecção dos trabalhadores das empresas com dificuldades para as empresas que estão a crescer.

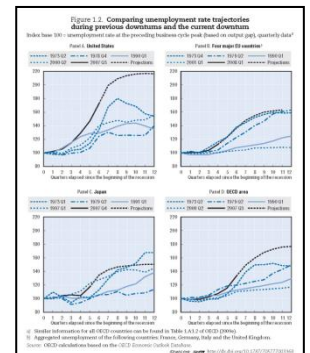
A edição deste ano de Employment Outlook analisa também o processo de criação e supressão de empregos, bem como da mobilidade

dos trabalhadores, apresentando uma avaliação do impacto desses factores sobre o crescimento da produtividade. Além disso, o relatório fornece uma extensa análise sobre a pobreza na população activa e sobre como as políticas podem promover medidas de incentivo ao trabalho voltadas para pessoas que potencialmente se situam numa faixa salarial baixa, ajudando, ao mesmo tempo, a manter o padrão de vida das suas famílias. Examina também as tendências observadas na população de beneficiários com problemas de doença e invalidez, e analisa as políticas que podem promover a inserção das pessoas com problemas de saúde no mercado de trabalho.

### A crise do emprego: quais são as implicações em matéria de política social e de empregos?

Os governos precisam reagir com firmeza para que possam reduzir os custos sociais e económicos da actual crise da economia e do emprego. Uma das principais prioridades é garantir que o subsídio concedido a pessoas que perderam o emprego e a outros trabalhadores necessitados seja adequado e acessível. Em alguns países, o prolongamento temporário do pagamento de subsídios a desempregados ou a cobertura de trabalhadores com empregos não convencionais podem dar bons resultados, desde que as medidas de incentivo à busca de um novo emprego não percam o interesse. Uma segunda prioridade é a intensificação de políticas de mercado de trabalho activas e eficazes, de maneira a fornecer a um número crescente de pessoas em busca de trabalho a assistência de que precisam em matéria de reemprego, e a minimizar o risco do estabelecimento de uma situação de desemprego crónico. A assistência básica à busca de um emprego deve ser mantida durante o período de recessão económica, mas pode ser necessário dar uma ênfase maior à formação, aos subsídios a empresas que contratam e aos empregos subsidiados, a fim de impedir que um número maior de desempregados em situação de desvantagem acabe por se desconectar do mercado de trabalho. É também importante manter uma oferta efectiva de trabalhadores para a fase de recuperação, resistindo, portanto, à tentação de facilitar o acesso à reforma antecipada e a subsídios por invalidez.

**Figura 1.2** Comparação entre a trajectória da taxa de desemprego em recessões anteriores e na actual crise





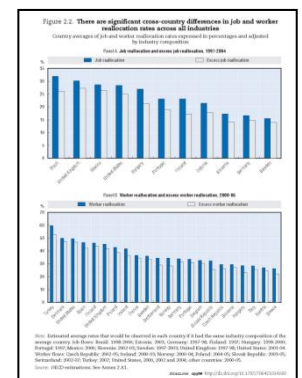
## De que maneira as características do sector industrial, das empresas e dos trabalhadores determinam os fluxos de empregos e de trabalhadores?

Novas empresas estão sempre a ser criadas, mesmo nos períodos de recessão, enquanto, paralelamente, as empresas existentes crescem, encolhem ou fecham. Durante o processo, criam-se muitos empregos e contratam-se trabalhadores; ao mesmo tempo, muitos cargos são suprimidos e os funcionários deixam a empresa para a qual trabalhavam. Os estudos realizados a partir de dados harmonizados internacionalmente sobre fluxos brutos de empregos (ou seja, criação e supressão de empregos por empresas) e fluxos brutos de trabalhadores (ou seja, contratações e demissões) sugerem que, a cada ano, mais de 20% de empregos são criados e/ou suprimidos, em média, nos países da OCDE, e cerca de um terço de todos os trabalhadores são contratados e/ou demitidos pelas empresas em que trabalham. No entanto, os fluxos de empregos e de trabalhadores diferem consideravelmente consoante o país, o sector industrial e o tipo de trabalhador. Em países como os Estados Unidos e o Reino Unido, os fluxos brutos de empregos e de trabalhadores são quase duas vezes superiores aos fluxos na maioria dos países da Europa continental. O processo de reafecção parece contribuir para o aumento da produtividade: na maior parte dos países, a supressão de empregos é maior em empresas mais antigas e menos eficientes, enquanto a criação é maior em empresas jovens e mais eficazes.

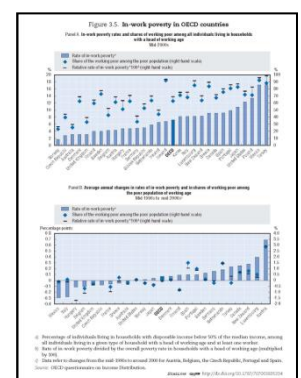
## O trabalho representa o melhor antídoto contra a pobreza?

O emprego reduz consideravelmente o risco de pobreza, mas não resolve todos os problemas. Em média, na zona OCDE, 7% das pessoas que vivem num agregado familiar em que haja pelo menos um trabalhador são pobres. Embora a pobreza no âmbito da população com trabalho esteja, em geral, relacionada com uma inserção insuficiente no mercado de trabalho, resultado de empregos com carga horária muito reduzida ou que representam uma duração muito curta ao ano, existem outros factores importantes em jogo. Nomeadamente, as taxas de pobreza são mais elevadas nas famílias com crianças. A este respeito, os benefícios sociais desempenham um papel essencial, justamente porque podem ser direccionados aos agregados familiares mais vulneráveis: em média, na zona OCDE, reduzem em quase 50% a taxa de pobreza na população de trabalhadores. Entre esses benefícios, os programas de auxílio aos trabalhadores podem ser particularmente eficientes, desde que sejam bem elaborados e associados a um salário mínimo obrigatório - por lei ou por acordos colectivos - situado num nível moderado. Inversamente, como o risco de pobreza na população de trabalhadores é muito menos a consequência da taxa de remuneração horária do que o resultado da carga horária, da duração do contrato ou da composição do agregado familiar, o salário mínimo não

**Figura 2.2**  
Existem diferenças significativas de um país a outro no que tange às taxas de reafecção de empregos e trabalhadores em todos os sectores da indústria



**Figura 3.5**  
A pobreza na população de trabalhadores em países da OCDE

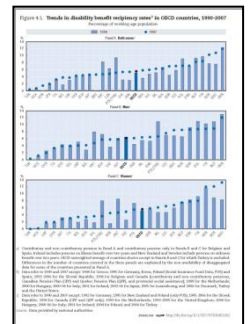


constitui, em si, um factor eficaz para a redução da pobreza nessa população.

### **O acesso à pensão por invalidez: uma análise do papel da política e das circunstâncias individuais**

As taxas de pagamento de pensões por invalidez aumentaram na maioria dos países da OCDE, em particular entre mulheres, jovens adultos e pessoas com problemas de saúde mental. Embora a existência de problemas de saúde constitua um dos principais factores que levam ao recebimento de pensões por invalidez, outros elementos de natureza individual e laboral influem tanto na permanência dos trabalhadores no mercado como na concessão de pensões por invalidez. Observa-se que as taxas de pagamento de pensões por invalidez variam também consoante o país, em parte devido às diferenças nas condições económicas e no mercado de trabalho, mas principalmente em virtude de disparidades marcantes entre as políticas sobre invalidez. Efectivamente, os novos indicadores desenvolvidos pela OCDE para avaliar as políticas relativas à invalidez revelam diferenças tanto no aspecto da prodigalidade como no da integração ao trabalho. Ao mesmo tempo, nos últimos dez anos a maioria dos países têm dificultado o acesso a esse tipo de auxílio e, paralelamente, têm intensificado as medidas em favor da inserção ao mercado de trabalho. Trata-se de uma estratégia promissora, pois a experiência mostra que uma política mais generosa em matéria de invalidez está associada com um número maior de beneficiários, enquanto programas de emprego e reabilitação mais abrangentes estão associados a taxas menores de pagamento de pensões.

**Figura 4.1**  
**Tendências relativas às taxas de pagamento de pensões por invalidez em países da OCDE 1990-2007**





© OECD 2009

**Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.**

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

**Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.**

**Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE**

[www.oecd.org/bookshop/](http://www.oecd.org/bookshop/)

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate.

[rights@oecd.org](mailto:rights@oecd.org)

Fax: +33 (0)1 45 24 99 30

OECD Rights and Translation unit (PAC)  
2 rue André-Pascal  
75116 Paris  
França



Visite nosso sítio [www.oecd.org/rights/](http://www.oecd.org/rights/)